

O OLHAR ENUNCIATIVO E A ALTERIDADE COMO FORMAS DE CONSTRUÇÃO DE SENTIDO

Cristina Rörig – FAPA
rorig.c@gmail.com

Joseline Tatiana Both – IFSul/Venâncio Aires
jositboth@gmail.com

Introdução

O deslumbramento pela linguagem nos afeta profundamente e nos desafia enquanto linguistas, levando-nos a querer saber o que está por trás das palavras, do dito, a encontrar o sentido, o sentido de ser e do nosso ser. Motivados por essas novas possibilidades de analisar a linguagem, somos instigados a também pensar a linguagem sob um viés filosófico, pelo princípio de alteridade.

O pensar a linguagem pela alteridade é apontado por Ducrot (2009), ao fazer uma reflexão sobre Platão. Esse filósofo grego concebia a alteridade, o *outro*, como possibilidade, e a entendia como uma das propriedades gerais das ideias ou formas. O Outro coexistiria, segundo Platão, com as propriedades do Movimento, do Repouso, do Mesmo e do Ser. Porém, o Outro possui uma natureza singular — aquilo que faz cada coisa ser *outra* com respeito às demais. Assim, as coisas são múltiplas e diversas entre si. A existência própria do *não-ser* não existe em sentido absoluto, mas de modo relacional — o *não-ser* só existe enquanto uma coisa *não é outra*. “O Movimento é aquilo que ele é, pelo fato de que ele é outro, diferente do Repouso, do Mesmo...etc” (DUCROT, 2009, p. 10).

Com essas reflexões em perspectiva, propomos a realização de um estudo enunciativo-argumentativo do discurso, por meio da Teoria da Argumentação na Língua, considerando que há um princípio da alteridade subjacente a essa teoria. Assim, objetivamos apresentar uma análise que olhe a linguagem enunciativa e argumentativamente, buscando estabelecer uma nova possibilidade de se compreender a alteridade constitutiva do discurso.

1 Quadro Teórico: A Argumentação na Língua

1.1 A Teoria dos Blocos Semânticos

A ANL é uma teoria linguística que visa explicar o sentido produzido pelo locutor, ser de fala, ao empregar a língua. O sentido de um elemento linguístico é formado por discursos evocados e os conjuntos doadores de sentido são denominados *encadeamentos argumentativos* (CAREL; DUCROT, 2005, Conferência 1). De acordo com a Teoria dos Blocos Semânticos, o termo *encadeamento* é definido pela interrelação entre dois segmentos ligados pelos conectores DC (*portanto*) e PT (*no entanto*). A forma de interdependência entre os encadeamentos argumentativos define os tipos de argumentações.

Como argumentação, Ducrot define os segmentos de discurso constituídos pelo encadeamento de duas proposições A e C, unidas por um conector do tipo *donc* (*portanto*), *alors* (*senão*), *par conséquent* (*consequentemente*). O segmento A é denominado argumento e o C, conclusão. O *portanto* é um meio de descrever uma argumentação e os segmentos A e C não exprimem fatos fechados em si mesmo, ou seja, somente podem ser compreendidos pela relação entre eles, pelo encadeamento. O

encadeamento entre A e C constitui o valor semântico do enunciado. Esses encadeamentos argumentativos estão presentes na significação das palavras do léxico e dos enunciados com os quais o discurso é realizado.

Segundo Ducrot e Carel (2008), ao proporem o estudo argumentativo do léxico, as argumentações podem ser qualificadas como: normativas, quando forem do tipo geral de *portanto*, como em: “Pedro é gentil, por isso eu gosto dele” ou “se fizer sol, eu irei à praia”; e transgressivas, do tipo de *no entanto*, no caso de: “irei à praia, mesmo que chova”, “Pedro é gentil, no entanto não gosto dele”. De acordo com Ducrot e Carel (2008), “dar o significado de uma expressão é associar-lhe diferentes argumentações que são evocadas por seu emprego” (*op. cit.*, p. 10).

Em um encadeamento argumentativo, o primeiro segmento denomina-se *suporte*, pois embasa o raciocínio¹ da argumentação, e o segundo é chamado de *aporte*, consequente ao suporte (DUCROT; CAREL, 2008). A definição desses termos é feita de acordo com sua função no encadeamento e não com a ordem enunciativa em que aparecem no enunciado. Ambos os enunciados, suporte e aporte, interligados, constroem um só sentido. A interdependência semântica entre os segmentos – suporte e aporte – permite a apreensão de um sentido do enunciado e constitui uma *alteridade linguística*, enquanto o sentido de um encadeamento é o que o sentido de outro encadeamento *não é*, comparação possibilitada por meio de uma distinção relativa.

Detalhando essa construção de sentido, nos encadeamentos *A DC B* ou *A PT B*, o conector relaciona dois segmentos, e o segmento A tem em si uma orientação de buscar no segmento B algo que permita a construção, a partir dele e junto com ele, de um novo sentido, e o segmento B possui em si uma orientação de que seja complementado pelo segmento A. Dessa forma, o contraste entre A e B instaura no discurso uma relação (ou normativa ou transgressiva) entre esses dois termos.

1.1.1 A hipótese do bloco semântico

O bloco é formado por discursos encadeados por conectores do tipo de *portanto* e *no entanto*, sem haver uma relação de hierarquia ou de preferência entre eles. Segundo Carel e Ducrot (1999), todo bloco tem dois aspectos argumentativos, um normativo, *P DC Q*, agrupando os discursos em DC; e outro transgressivo, *P PT neg-Q*, reagrupando os discursos em PT.

Se um segmento A for tomado como *ser uma ação perigosa* e outro segmento B, *desistir de agir*, os quatro aspectos decorrentes da relação entre esses segmentos descrevem quatro adjetivos:

Aspecto 1: *imprudente* – mesmo se uma ação é perigosa, ele não desiste.

Aspecto 2: *medroso* – mesmo se uma ação não apresenta perigo, ele não a faz.

Aspecto 3: *não medroso* – há perigo, no entanto faz a ação.

Aspecto 4: *prudente* – há perigo, portanto desiste de fazer a ação.

Ao observar a interdependência semântica entre os segmentos unidos em *X CON² Y*, por convenção, tem-se: A corresponde ao segmento X e B, ao segmento Y.

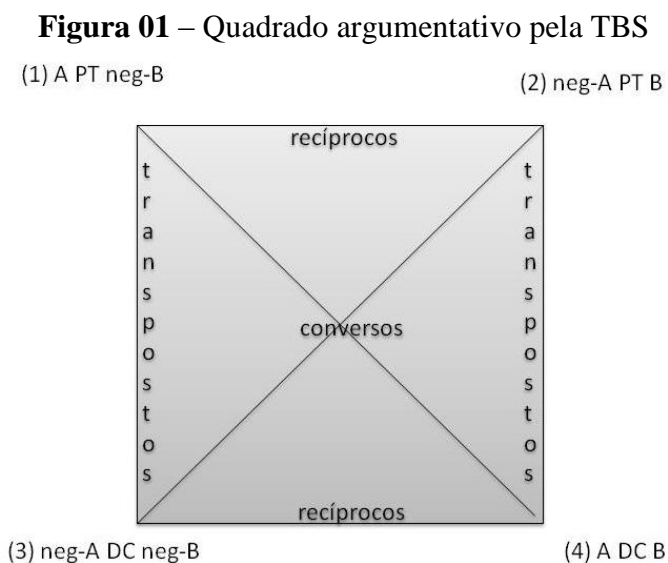
¹ Tomamos o termo “raciocínio” como capacidade de pensar, refletir, diferentemente do sentido atribuído pela lógica, de deduzir algo a partir de uma ou mais premissas.

² Usa-se CON tanto para designar as palavras da língua responsáveis pelo caráter normativo ou transgressivo de um encadeamento do discurso (como porque, mas, ainda que), quanto para designar os termos abstratos DC e PT, que nomeiam os aspectos argumentativos. Esses aspectos fazem parte de um

Esses segmentos podem estar ou não seguidos de uma negação e devem ser possíveis de se conectarem por DC ou PT para que se estabeleça um encadeamento semântico. A interdependência semântica entre A e B é a mesma entre os quatro aspectos presentes em um bloco (DUCROT; CAREL, 2008).

Como dissemos, o bloco semântico é estruturado por uma relação entre os aspectos – normativo/transgressivo. Entendemos que essa relação entre aspectos encadeia também uma *alteridade de dizeres* – ou seja, o locutor, ao enunciar-se, assume um dos aspectos do bloco, tomando uma atitude frente a ele. São as próprias relações linguísticas que regem a alteridade assim mostrada, apontando para um aspecto normativo ou transgressivo a ser assumido pelo locutor.

Para representar as relações entre os aspectos de um bloco, há o quadrado argumentativo, abaixo ilustrado:



Fonte: Carel e Ducrot (2005).

De um mesmo bloco, temos que os aspectos argumentativos estão, entre eles, em relação discursiva de *reciprocidade*, *conversão* ou *transposição*. Define-se uma relação de reciprocidade quando o termo positivo de um lado aparece negado do outro, e o conector se conserva: A CON B passa a: neg-A CON neg-B. Discursivamente, pode-se pensar sobre a argumentação de prudente, entre o aspecto 3 (não-temeroso: *neg-perigo DC neg-precaução*) e o aspecto 4 (prudente: *perigo DC precaução*), parafraseadas por:

1. *Ele não é temeroso, também não exageremos, é prudente.*
2. *Ele é prudente, também não exageremos, ele não é temeroso.*

A relação de *conversão* ocorre no momento em que se mantém o primeiro termo, A, permuta-se de CON para CON' e nega-se o segundo termo: A CON B para A CON' Neg-B. Por exemplo, tomando-se as argumentações de prudente, entre os ângulos 1 (imprudente: *perigo PT neg-precaução*) e 4 (prudente: *perigo DC precaução*), a relação de conversão corresponde a uma ideia de negação: *não é imprudente, é prudente*.

mesmo bloco semântico. Outra observação, se CON designa um conector de certo tipo, seja normativo ou transgressivo, o CON' designará um conector de outro tipo, por exemplo, se CON refere-se a um DC, CON' será em PT.

A *transposição* marca-se formalmente pela passagem de um aspecto a outro, negando-se o primeiro termo, trocando-se o conector e mantendo-se o segundo termo: A CON B para Neg-A CON' B. Discursivamente, verifica-se que a passagem de 2 (temeroso: *neg-perigo PT precaução*) a 4 (prudente: *perigo DC precaução*), de modo ascendente, marca uma relação de *ao menos, em todo caso*, e, de modo descendente, demonstra *e mais, inclusive*. No caso do exemplo dado por Ducrot (2005, p. 56) de *prudente*, têm-se como transpostos:

1. *É cuidadoso, ao menos, prudente.*
2. *É prudente, inclusive temeroso.*

Sobre as hipóteses internas à TBS elencadas acima, verificamos como essa teoria corrobora o axioma de que a argumentação está na língua além de contribuir teoricamente ao propor os estudos dos *encadeamentos transgressivos* como discursos doadores de sentido. O estudo do enunciado pela TBS permite a construção de valores referenciais decorrentes de uma dinâmica própria à língua, construídos nos e pelos enunciados por meio de relações semânticas que formam encadeamentos. Por conseguinte, o sentido de um enunciado será construído a partir das significações contidas nas entidades linguísticas (potencialidades de sentidos) e que são atualizadas discursivamente.

Como continuidade, seguimos com a apresentação da teoria da Polifonia, mostrando as atitudes do locutor frente aos aspectos evocados por seu discurso.

1.2 A teoria argumentativa da polifonia

No momento atual, verificamos o surgimento e desenvolvimento da Teoria Argumentativa Polifônica (TAP) (CAREL; DUCROT, 2010; CAREL, 2011b). Para apresentar os conceitos internos referentes a essa perspectiva polifônico-argumentativa da língua ou polifonia semântica (CAREL, 2011b).

1.2.1 As atitudes do locutor frente aos conteúdos

Pela TAP, Carel (2010) e Carel e Ducrot (2010) admitem que os conteúdos³ dos enunciados podem ser apresentados de diferentes maneiras. Esses modos de apresentação de um conteúdo são descritos pelos autores sob dois parâmetros: a atitude discursiva do locutor e a Pessoa. Ao enfatizar atitude discursiva, percebe-se a diferenciação à atitude psicológica ou de fé, de crença em algo. O locutor do enunciado, sujeito único, é aquele a quem são atribuídas as atitudes discursivas frente aos conteúdos e enunciadore. Assim, a concepção polifônica consiste em representar a significação por um conjunto de três elementos: locutor, atitude e enunciador/Pessoa – esse tripé compõe as unidades do discurso (na sequência desta subseção será explicada a relação entre enunciador e Pessoa).

A atitude discursiva relaciona-se ao papel que o locutor intenciona dar em seu discurso ao conteúdo introduzido. As principais atitudes tomadas pelo locutor são: a) o locutor pode defender, ilustrar, comentar um conteúdo articulando-o a outro discurso, essa atitude será denominada de *pôr* o conteúdo; b) o locutor pode colocar um conteúdo dito pressuposto fora do discurso, recusando-se a fazer dele um objeto possível de discussão, é a atitude de *concordar* (ou acordar em CAREL, 2011b) com um conteúdo;

³ Conteúdo pela TBS – encadeamento (do enunciado) ligado por um conector; pela TAP – uma representação do dito pelo locutor.

c) o locutor pode rejeitar e recusar um conteúdo, uma atitude do locutor de um enunciado *não X* frente ao conteúdo de *X*; essa é a atitude de *excluir* um conteúdo (CAREL; DUCROT, 2010)⁴.

Para apresentar o conceito de Pessoa, os autores partem da análise do enunciado: “segundo o crítico do Monde, o último filme de Woody Allen fracassou totalmente” (CAREL; DUCROT, 2010, p. 17). Segundo a TBS, não é possível explicar o sentido considerando o ser no mundo *o crítico do Monde* como tendo um ponto de vista sobre os filmes que vê, sabendo-se que, na realidade, esse crítico tem opiniões e ocupa um lugar social. Para a explicação argumentativa do enunciado, não é necessário conhecer o jornalista para compreender o que foi enunciado. A expressão *crítico do Monde* entra como uma relativização do fracasso, ela atua sobre o *fracassou totalmente* levando a *o último filme de Woody Allen não-agradou-ao-crítico-do-Monde*. Há um ângulo de vista que deve ser integrado ao conteúdo. O ângulo de vista não é a posição de um observador individual, mas “certo modo de garantir o dito, certo tom para apresentá-lo e a exigência correlativa de um tom particular para refutá-lo” (CAREL; DUCROT, 2010, p. 21).

Pela TBS, essa integração do ângulo de vista ao conteúdo pode ser compreendida como sendo *o crítico do Monde* a representação do modo particular com que o enunciador preenche o papel que lhe é conferido. Assim, como interessa aos autores o modo particular pelo qual os enunciadores preenchem o papel que lhes é conferido no discurso, surge o conceito de *Pessoa*, permitindo manter a coerência epistemológica antirreferencialista.

A Pessoa representa uma terceira *instância*, inserida na significação, que marca a forma pela qual o conteúdo é introduzido no mundo intelectual do locutor, e “corresponde a um tipo de garantia ao qual o locutor recorre para atualizar um determinado conteúdo em um dado enunciado” (AZEVEDO, 2011, p. 70).

Carel e Ducrot (2010) caracterizam quatro tipos de Pessoa, *Ele* ou *Terceiro*, *Locutor*, *Mundo* e *Testemunha* (esse último proposto por Lescano⁵, citado em CAREL; DUCROT, 2010, p. 20). A Pessoa enquanto *Ele* refere-se ao enunciado ao apresentar um conteúdo garantido por uma instância outra que seu locutor, como no exemplo: *parece que vai chover*. Em *parece que*, o enunciado põe *q*, fazendo-o sustentar por um outro que não o locutor (CAREL; DUCROT, 2010, p. 19). Nesse caso, essa voz permite ao locutor se descomprometer em benefício de outra subjetividade: os conteúdos aparecem como aceitos pelo locutor (CAREL, 2011b, p. 33).

Em outro caso, o responsável pelo conteúdo é o próprio locutor, em seu papel de locutor, como na interjeição: “Ai!”. Assim, a *Pessoa* com a função de garantia é o *Locutor*, *L*. Na última atualização da polifonia semântica, Carel (2011b) considera essa voz do *Locutor* como aquela que permite ao locutor tomar um tom engajado no discurso, “o conteúdo aparece como concebido pelo locutor no próprio momento da enunciação” (CAREL, 2011b, p.33).

Nas situações em que se empregam enunciados do tipo alguma coisa é de um jeito porque *as coisas são assim*, como: “O tempo está bom”; distingue-se a *Pessoa* como sendo o *Mundo*. A voz do *Mundo* permite ao locutor adotar um tom factual, sem que nenhuma subjetividade tenha algum papel em sua concepção (CAREL, 2011b, p. 33).

⁴ Os termos “pôr” e “excluir” (CAREL; DUCROT, 2010) também resultam de uma releitura feita pelos autores das versões anteriores da polifonia (DUCROT; CAREL, 2008) e são preferidos a “assumir” e “recusar” (CAREL; DUCROT, 2008) por acentuarem o caráter discursivo das atitudes e não um possível fator psicológico (CAREL, 2010).

⁵ LESCANO, Alfredo. Pour une étude du ton. *Revue Langue Française*, n. 164, v. 4, 2009, p. 45-60.

Com relação à *Pessoa Testemunha*, essa se refere a um locutor que narra uma história sem propriamente intervir nela, aproximando-se das formas literárias. Percebemos que a *Testemunha* não é adotada nas análises da polifonia semântica realizadas por Carel (CAREL, 2011b).

Podemos entender também o princípio de alteridade na teoria argumentativa polifônica por meio das diferentes vozes (aspectos, pela TBS) constitutivas do sentido do enunciado. Por uma relação distintiva, a voz do *Mundo* é o que ela é, pelo fato de que ela é diferente do *Ele*, da *Testemunha*, do *Locutor*. Dessa forma, um modo de garantir um enunciado só pode ser definido em relação a outro modo. Por outro lado, as diferenças opositivas entre *locutor* e *Pessoa* também compõem a significação do enunciado, e, ao mesmo tempo, o locutor somente pode se utilizar de uma forma de *Pessoa* como garantia devido a haver alguma semelhança entre eles. Segundo a leitura de Both (2011, p. 153): “a polifonia, interligando vozes, provavelmente no eixo das associações, faz aparecer o caráter constitutivo da alteridade de que falava Ducrot, porque trazendo a expressão do *outro*, é que o *eu* se expressa”.

2 Considerações metodológicas e análise

Neste artigo, propomo-nos a mostrar as relações semânticas discursivas, enfatizando a alteridade constitutiva da linguagem. Para exemplificar essa perspectiva, escolhemos por analisar, pela ANL, um discurso envolvendo um enunciado interrogativo, este não considerado isoladamente, como unidade de sentido, mas como parte constitutiva do discurso, com relações internas entre seus segmentos e relações externas com outros enunciados no discurso. O discurso escolhido foi retirado do *Jornal Zero Hora*, gênero artigo de opinião.

Escolhemos um discurso representado pela forma linguística escrita. Esse discurso escrito, com seus elementos e sua estrutura, oferece base para a construção intersubjetiva do sentido, havendo nele limites estabelecidos pelas escolhas linguísticas apresentadas pelo locutor (responsável pelo enunciado) que direcionam a reconstrução de significados pelo alocutário. O que o discurso apresenta propõe ao alocutário um mundo a ser compreendido em si mesmo. Por meio da escrita, o discurso pode ser atualizado pelo alocutário (leitor) no momento em que for lido.

Ao analisar discursos pela ANL, é preciso verificar as indicações ao alocutário e as manobras às quais os discursos o conduzem para encontrar o sentido. Sob essa perspectiva, o sentido decorre das relações estabelecidas por uma entidade linguística com outras no discurso, sendo que o uso possibilita ao locutor a liberdade de estabelecer sentidos. A análise discursiva enriquece a linguística por meio da observação dessas possibilidades de uso marcadas nos enunciados.

Nesse sentido, a fim de entender a alteridade da pergunta no discurso argumentativa e polifonicamente, elaboramos as seguintes etapas de análise:

2.1 Etapas das análises

Primeiramente, com base na Teoria dos Blocos Semânticos (DUCROT; CAREL, 2008; CAREL, 2010) e na Teoria Polifônica da Argumentação (DUCROT, 1988; DUCROT; CAREL, 2008; CAREL, 2011a; 2011b), propomo-nos a:

- 1) elencar os possíveis encadeamentos a partir da argumentação contida no enunciado interrogativo do título, entendendo-se os encadeamentos como as relações que levam ao sentido;

- 2) identificar os encadeamentos dos enunciados consecutivos à pergunta (resposta);
- 3) evidenciar as relações estabelecidas entre os aspectos evocados pelo enunciado interrogativo e os aspectos evocados pelos enunciados que se relacionam com ele;
- 4) identificar as instruções dadas pelo locutor ao alocutário, pela significação da pergunta;
- 5) verificar os pontos de vista do locutor a partir da pergunta e dos enunciados resposta;
- 6) mostrar as atitudes do locutor frente aos pontos de vista.

Por segundo, no que tange à construção do sentido pela alteridade na linguagem⁶ a partir da pergunta, realizaremos, nas considerações finais, uma comparação entre as questões percebidas como mais importantes na análise.

Quadro 01 – Retomada dos conceitos adotados para as análises nesta tese.

TBS	Encadeamento argumentativo (EA)	<i>Pedro comeu um pouco, deve melhorar. Apesar de estar com febre, foi à escola.</i>
	Aspecto argumentativo (AA)	<i>comer DC melhorar estar doente PT ir à escola.</i>
TAP	Conteúdo argumentativo (C) - (CAREL; DUCROT, 2010)	<i>Conteúdo argumentativo: “comer portanto melhorar”; “estar doente no entanto estudar”.</i>
	Atitudes do locutor frente ao conteúdo (AL) - (CAREL; DUCROT, 2010; CAREL, 2011b)	<ul style="list-style-type: none"> - pôr um conteúdo: A recomendação é de alerta com relação à navegação⁷. - concordar com um conteúdo: Depois de uma terça-feira marcada por transtornos provocados pela chuva, a quarta-feira deve seguir com tempo instável na maior parte do Estado. - excluir um conteúdo: Ele ainda destaca que não deve chover forte, mas podem ocorrer trovoadas no Norte, em municípios como Passo Fundo, Erechim e Iraí⁸.
	Tipos de relação do locutor com o conteúdo (garantia do dizer) – Pessoa (P) - (CAREL; DUCROT, 2010) ou Enunciador (CAREL, 2011b). (Utilizaremos <i>enunciador</i> , para manter a fidelidade a Ducrot (1984)).	<p><i>Voz do Locutor – tom engajado (eu): Eu acho que os estudos literários sobre um autor não têm lugar em nossa universidade. É preciso recusar essa inscrição como tese.</i> (CAREL, 2011b)</p> <p><i>Voz do Mundo – tom factual: Nossa universidade não aceita tese literária sobre autor. É preciso recusar essa inscrição.</i> (CAREL, 2011b)</p> <p><i>Voz do Ele – tom de aceitação: Parece que nossa universidade não aceita tese literária sobre autor. É preciso recusar essa inscrição.</i> (CAREL, 2011b).</p>

Observações: (i) a palavra locutor está relacionada a dois conceitos. Quando o leitor encontrar locutor, com letra minúscula, refere-se ao responsável pelo enunciado, diferenciando-se do sujeito empírico. Quando a palavra Locutor estiver com inicial

⁶ Reiteramos ser, a alteridade na linguagem, uma releitura da definição filosófica de Platão, que embasa o entendimento da relação linguística entre palavras e enunciados, e a polifônica, entre vozes, pela ANL, em busca de sentidos.

⁷

<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1§ion=Geral&newsID=a3539485.htm>

⁸

<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1§ion=Geral&newsID=a3542971.xml>

maiúscula, refere-se um modo de dizer, a uma voz que atribui um tom engajado ao discurso (enunciador). Por isso, quando nos referirmos ao Locutor, modo de dizer, colocaremos, entre parênteses, a indicação de pessoa discursiva *eu* – Locutor (eu); (ii) utilizamos o termo discurso tanto para nos referirmos aos encadeamentos argumentativos doadores de sentido (DUCROT; CAREL, 2008), quanto à realização de uma enunciação, que formam nosso *corpus* para a descrição linguística do enunciado interrogativo.

2.2 Análise

*Educação sem palmada ou castigo?*⁹

*A coordenadora da campanha **Não bata, eduque**, Márcia Oliveira, garante que responsabilizar uma criança ou um adolescente por algo errado é diferente de puni-lo.*

- Você pode fazê-lo reparar um dano ou corrigir um erro, obrigá-lo a pedir desculpas por malcriações, limpar uma sujeira que tenha feito. Isso não é punição, e sim reparação – diz.

Mas, quando o assunto é adolescência, o desafio é maior.

- Temos de dar limites. Em casa, toda liberdade deve ter responsabilidade. Caso aconteça algo, tem de existir um castigo. Mas não é preciso usar de violência física – acredita a empresária Denise Sant’anna, 45 anos, mãe de um adolescente e de uma menina.

Para ela, o castigo somado a um bom diálogo sobre o porquê da sua necessidade é a forma mais eficaz de fazer com que os filhos compreendam não só os limites, mas também a preocupação que os pais têm com eles. Em vez de castigos, Márcia Oliveira fala em limitações de privilégios, que, na prática, são medidas alternativas ao uso de castigos corporais e podem ensinar a criança a pensar nos prós e contras de obedecer ou não aceitar os acordos.

- Acredito que surtam mais efeito se não são impostas de forma arbitrária e sejam coerentes. Se as regras são claras e foram estabelecidas em conjunto, os resultados do uso de restrição de privilégios serão mais efetivos – afirma.

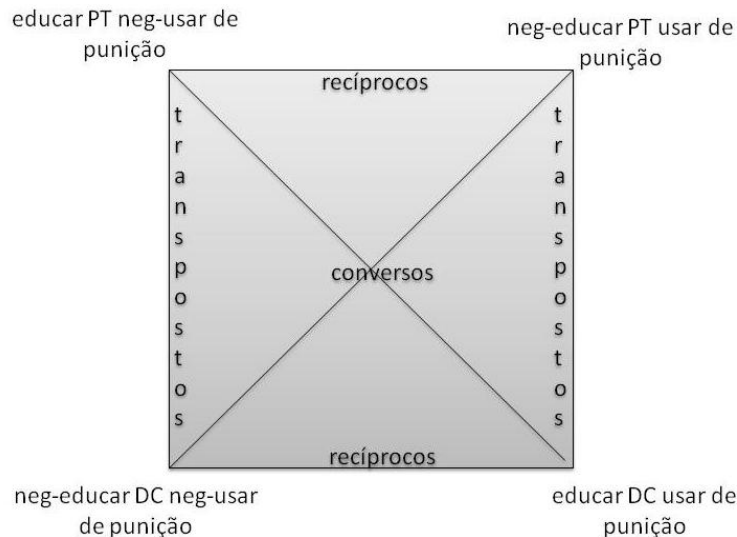
Consideramos, pela estrutura linguística apresentada pelo enunciado interrogativo do título, que a palmada e o castigo estão agrupados pela partícula *ou* e precedidas da negação *sem*, o que indica tanto a palmada quanto o castigo terem um mesmo valor argumentativo.

Dessa forma, ao olharmos para a pergunta: “Educação sem palmada ou castigo?”, depreendemos o encadeamento, a partir da afirmação pressuposta na pergunta, do tipo: *auxiliar o desenvolvimento de personalidade, **no entanto** não utilizar de punição*. O enunciado interrogativo do título pode ser representado pela AE de educar da seguinte maneira: *educar DC punir e educar PT neg-punir*.

Os aspectos evocados pela pergunta podem ser agrupados no quadrado argumentativo abaixo:

Figura 02: Educar

⁹ Educação sem palmada ou castigo. *Zero Hora*, Porto Alegre, 25 de out. 2010, Caderno Meu filho, p. 3.



Fonte: Figura elaborada pelas autoras.

Nesse caso a pergunta coloca em jogo o sentido de educar. O locutor deve trazer uma resposta que defina esse sentido, favorável à punição ou contrário a ela.

Do primeiro parágrafo, pelo enunciado: *A coordenadora da campanha **Não bata, eduque**, Márcia Oliveira, garante que responsabilizar uma criança ou um adolescente por algo errado é diferente de puni-lo.* Por esse conteúdo argumentativo, o locutor tem um tom ausente (terceira pessoa), mas uma atitude afirmativa frente ao conteúdo argumentativo¹⁰ responsabilizar-por-erros-não-exige-punição.

Enunciador 1 – na voz do Ele (ângulo de vista da coordenadora da campanha): Educar não é punir, mas é responsabilizar por erros (C1).

Articulação: educar crianças PT neg-punir

MAS

neg-punir PT atribuir responsabilidade sobre erros

Além disso, ao relacionar esse conteúdo argumentativo à voz de Márcia de Oliveira, coordenadora da campanha, o locutor preenche o papel de locutor de forma sustentada por outra subjetividade. Apesar de o locutor atribuir uma propriedade de locução à Márcia de Oliveira, ele ainda é o responsável pelo enunciado.

Com a continuação discursiva, verificamos que o locutor utiliza um novo enunciado atribuído à voz de Denise Sant'Anna, de 45 anos, no papel de mãe. O locutor age do mesmo modo polifônico anterior, valendo-se de outro ângulo de vista e utilizando-se de um enunciado como se fosse garantido por uma instância outra que a sua enunciação. No entanto, é o locutor que se utiliza desse enunciado em seu discurso, o que o leva a ser responsável por apresentar o ângulo de vista sobre o conteúdo enunciado. Esse ângulo de vista, atribuído à mãe, refere-se à educação de adolescentes e traz um novo sentido: a necessidade de *impor limites*.

Enunciador 2 – voz do Ele (educar pelo ângulo de vista de mãe): Para educar crianças e adolescentes sem punição é preciso impor limites (C2).

¹⁰ Lembramos que o conteúdo, pela TAP, é a argumentação, o encadeamento dos enunciados ligados por um conector.

Articulação 2: educar crianças e adolescentes DC neg-punir
MAS
neg-punir PT impor limites

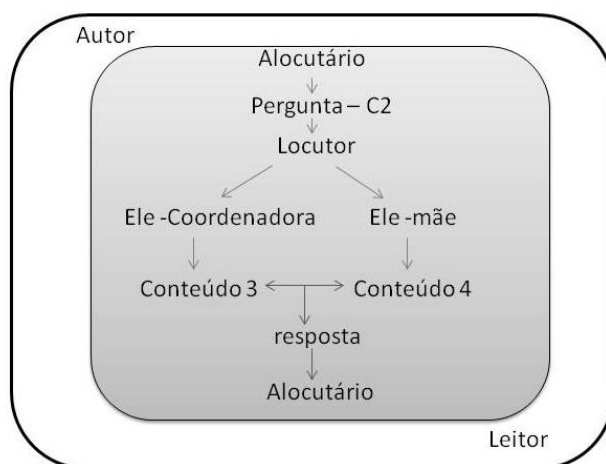
Ao final do seu discurso, o locutor volta a valer-se da voz da coordenadora da campanha, apresentando que, com relação aos adolescentes, a atribuição de responsabilidade demanda uma limitação de privilégios, e não punição. Essa limitação de privilégios substitui o castigo. Para tanto, verificamos que o locutor apresenta o encadeamento: *utilizar de restrição de privilégios previamente acordados, portanto obter resultado eficaz (reparação dos erros)*. Esse encadeamento evoca o aspecto: *educar DC exigir cumprimento de regras estabelecidas*.

Esse aspecto também está relacionado a *educar PT neg-punir*, somando uma argumentação na mesma direção de uma explicação de *não punir*, como foi feito pelo conteúdo colocado pela voz de Ele (mãe). Nesse caso, o locutor aproxima os pontos de vista da coordenadora e da mãe. Dessa forma, tanto o conteúdo colocado pelo tom da mãe quanto o da coordenadora corroboram a orientação argumentativa contrária à punição e explicam o sentido de *educar sem palmada ou castigo*.

Destacamos ainda, da construção discursiva, o enunciado: *Mas, quando o assunto é adolescência, o desafio é maior*. Esse enunciado relaciona a educação de crianças com a de adolescentes, mostrando que as argumentações sobre educação seguem uma mesma direção argumentativa: a da dificuldade dessa tarefa, porém, parece haver uma diferença entre os *educares*: *ensinar crianças DC difícil MAS educar adolescentes DC mais difícil*. A diferença está no grau de dificuldade entre educar crianças e educar adolescentes. Nesse caso, o *mas* não opõe argumentações diferentes, mas intensifica a dificuldade de educar quando se trata de adolescentes. A dificuldade de educar não é foco da argumentação do locutor, somente aparece como algo com que o locutor concorda. O foco está na educação sem punição.

Para resumir a relação polifônica referente ao discurso três, elaboramos o esquema abaixo:

Figura 03: Relação polifônica referente à *Educação sem palmada ou castigo?*



Fonte: Figura elaborada pelas autoras.

Por esse esquema, entendemos que a pergunta é atribuída a um alocutário. Para respondê-la, o locutor apresenta dois conteúdos, ambos seguindo uma mesma orientação argumentativa, a qual permite o locutor construir sua resposta.

Dessa forma, concluindo essa análise, observamos que a argumentação do discurso segue a orientação contida no aspecto transgressivo da pergunta do título: *ensinar PT neg-punir*, sendo que o locutor (sempre mantendo um tom ausente, tentando atribuir uma neutralidade subjetiva), constrói argumentações valendo-se de uma alteridade de vozes apresentando o que deveria ser *educar* por meio dos conteúdos argumentativos: *educar DC exigir reparação dos erros das crianças e cumprimento de regras por parte dos adolescentes*.

3. Considerações

Nosso instrumento de observação, neste artigo, deu-se pela análise dos encadeamentos argumentativos, isto é, a sequência de enunciados ligados por um conector. Ao olharmos para a relação semântica entre a pergunta e a resposta, verificamos que, no encadeamento final, a pergunta está inscrita em um dos segmentos. Voltando para o discurso analisado, observamos que a composição do encadeamento final contém um primeiro segmento (aporte) constituído pelo aspecto do conteúdo argumentativo assumido pelo locutor como resposta sobre a dúvida contida na pergunta, e um segundo segmento (suporte), pelo aspecto representativo de um novo conteúdo argumentativo trazido no discurso pelo locutor para corroborar a sua argumentação.

No discurso “Educação sem palmada ou castigo?”, no sentido global, o aporte refere-se à posição do locutor sobre o tema educação, em que o locutor corrobora a negação - *sem punir*, e, por meio de um novo sentido, o locutor constrói a sua argumentação sobre o suporte *educar* - *Educar é colocar limites e exigir reparação de erros*.

Dessa forma, o enunciado interrogativo coloca possibilidades de encadeamento do qual ele também participa para a construção de sentidos. Além disso, o fato de a pergunta constituir um dos segmentos do encadeamento final mostra que ela é necessária para a compreensão do sentido global do discurso, uma vez que o suporte A é percebido como orientado para B, e que o próprio termo B é percebido como fundamentado em A (DUCROT; CAREL, 2008). Os dois segmentos, A e B, do encadeamento final referem-se ao ponto de vista com o qual o locutor se compromete em seu discurso.

Com relação aos aspectos polifônicos, em *Educação sem palmada ou castigo?*, estão em relação de conversão dois pontos de vista a partir desse enunciado interrogativo: 1 – *educar, portanto com palmada ou castigo (educar DC punir)*, e 2 – *educar, no entanto sem palmada ou castigo (educar PT neg-punir)*. O primeiro sentido é atribuído a um alocutário, pelo questionamento. E o locutor assume o segundo sentido em sua resposta. Pelo discurso, o alocutário corresponde à imagem de um pai ou mãe (educadores), pois situações e familiares são mencionadas como exemplos, e, inclusive, há uma delimitação do espaço em: - *Você pode fazê-lo reparar um dano ou corrigir um erro, obrigá-lo a pedir desculpas por malcriações, limpar uma sujeira que tenha feito. Isso não é punição, e sim reparação – diz. [...] Temos de dar limites. Em casa, toda liberdade deve ter responsabilidade. Caso aconteça algo, tem de existir um castigo. Mas não é preciso usar de violência física – acredita a empresária Denise Sant’anna, 45 anos, mãe de um adolescente e de uma menina.*

Além disso, o locutor cita o discurso de uma mãe. Nesse caso, o locutor assume um tom distanciado, valendo-se de outra subjetividade para se enunciar ao alocutário. Dessa maneira, o locutor diminui sua responsabilidade em relação ao conteúdo enunciativo. Apesar dessa aparente ausência de subjetividade, esse modo enunciativo

pode aproximar o locutor do alocutário, por uma identificação do alocutário com a voz da mãe, a qual garante o conteúdo argumentativo.

Outra citação realizada pelo locutor é a da voz da coordenadora da campanha. Dessa forma, o conteúdo argumentativo é colocado sob um ângulo de vista de uma especialista. Há outro tom usado pelo locutor por essa forma enunciativa, contribuindo para o alocutário compreender o ponto de vista defendido pelo locutor sobre educar. Nesse discurso, observamos, então, que o conteúdo sobre educar sem palmada ou castigo é compartilhado por duas instâncias que se enunciam – a da mãe e a da coordenadora da campanha, para garantir os conteúdos comunicados.

A construção da argumentação final do locutor será na direção de comprovar a negação do uso da palmada ou castigo, mostrando uma forma diferente da doxal sobre educar e assumindo uma atitude de exclusão em relação ao conteúdo argumentativo atribuído ao alocutário de educar com palmada e castigo.

Assim, pelas comparações entre vozes diferentes, podemos delimitar um posicionamento do locutor e identificar sua argumentação. Desse modo, pelo debate entre vozes discursivas internas (constitutivas do enunciado pelo linguístico), a alteridade polifônica, o locutor compara pontos de vista diferentes ao encadear enunciados e mostra ao alocutário o sentido com o qual se compromete.

Temos ciência de que todo trabalho acadêmico está sujeito a constantes aperfeiçoamentos devido ao seu caráter de incompletude. Acreditamos assim, realizar, por meio deste texto, um movimento dialético, apresentando hipóteses decorrentes de diálogos anteriores para, a partir de reflexões posteriores, dialogar novamente com outros estudos discursivos e alcançar um desenvolvimento maior do tema.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Tânia M. Semântica Argumentativa: esboço de uma definição do sentido no discurso. In: BARBISAN, L.B. (Org.). *Cadernos de Pesquisas em Linguística: A construção do sentido no discurso*, Porto Alegre, v. 2, n.1, p. 135-150, nov. 2006.

AZEVEDO, Tânia M. Outras vozes na argumentação: atualização da polifonia e reformulação da descrição semântico-argumentativa do discurso. In: *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 64-72, jan./mar. 2011.

CAREL, Marion. Polifonia e Argumentação. Tradução Telisa Furlanetto Graeff. In: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v. 6, n. 1, jan./jun. 2010, p. 22-36.

_____. *L'Entrelacement argumentatif. Lexique, discours et blocs sémantiques*. Paris: Éditions Honoré Champion, coll. "Bibliothèque de grammaire et de linguistique, n.36, 2011a. 480 p.

_____. A polifonia linguística. Tradução Leci Borges Barbisan. In: *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 46, n. 1, jan./mar. 2011b, p. 27-36.

CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. Atualização da Polifonia. In: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v. 6, n. 1, jan./jun. 2010, p. 9-21.

_____. _____. *La Semantica Argumentativa*. Una introducción a la teoría de los bloques semánticos: Edición literaria a cargo de María Marta Negroni y Alfredo M. Lescano. 1 ed. Buenos Aires: Colihue, 2005. 221p.

DUCROT, Oswald. Prefácio. In: VOGT, Carlos. *O intervalo semântico*. 2 ed. ver. São Paulo : Ateliê Editorial/Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

DUCROT, Oswald; CAREL, Marion. Descrição Argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. In: *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 43, n. 1, jan./mar. 2008, p. 7-18.